

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Leo Cabral/Rede



Heloisa ficará por seis meses na vaga de Glauber Braga

“Mais calmo sem Glauber? Não conhecem Heloisa Helena”

Glauber Braga (Psol-RJ) acabou suspenso por seis meses de seu mandato depois do entreviro que teve com um militante do Movimento Brasil Livre (MBL). Mas Glauber mesmo não tem muita dúvida: a razão da suspensão foi menos, na sua avaliação, o chute que deu no militante e mais a insatisfação de parte da cúpula da Câmara, especialmente Arthur Lira (PP-AL), com a sua atuação. Sai, então, Glauber Braga e entra em seu lugar Heloisa Helena (Rede-RJ). “Que azar, hein?”, brinca Heloisa em conversa com o Correio Político. A frase resume a atitude da nova deputada. Quem imaginava um ambiente mais calmo sem Glauber Braga na Câmara é porque não conhece Heloisa Helena. “Vou ser o que sempre fui”, avisa.

Suplente por seis meses

Heloisa fica por seis meses na vaga de Glauber. Um período que conta, inclusive, o tempo de recesso que haverá a partir da semana que vem e se estenderá até fevereiro. Um tempo curto. Mas no qual ela vem disposta a mostrar o mesmo perfil combativo que demonstrava quando ela senadora pelo PT de Alagoas no primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva. Um perfil que bate de frente com a postura conciliadora de Lula.

Reprodução/Vídeo



Glauber teve o mandato suspenso pela Câmara

“Conciliação produz as pústulas”

Heloísa era senadora pelo PT no primeiro governo Lula em 2003. Chegou a ser líder do partido. Até começar a trombar com as conciliações que Lula fazia a segmentos mais conservadores, especialmente quando aprovou uma reforma da Previdência e exigiu fidelidade dos petistas. Ela recusou-se e acabou expulsa do partido. Fundou o Psol depois. Chegou a ser candidata à Presidência em 2006. Deixou depois o Psol e ingressou na Rede, da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Marina reconciliou-se com Lula. Heloisa, não.

Mesma postura de Glauber

Heloísa volta à Câmara integrando um partido da base do governo, mas manterá seus posicionamentos. Porque diz seguir condenando o perfil mais conciliador de Lula. “Conciliação é que produz essas pústulas políticas”, diz ela. “Pústulas” que teriam tramado o afastamento de Glauber. Nesse sentido, ela pretende manter no mandato a mesma postura de Glauber.

Arthur Lira

Embora seja alagoana de nascimento e ter tido boa parte da sua carreira política no estado, Heloisa Helena diz não ter relação alguma com Arthur Lira. A não ser uma percepção de que um acerto de Lula com Lira é que foi o início do seu período de ausência na política, a partir de 2010.

De volta

Segundo ela, Lula teria apoiado Lira em 2010 para deputado e o pai dele, Benedito de Lira, para o Senado. Heloisa, disputando contra, acabou perdendo e, por um tempo, voltou a ser somente professora. “Curioso voltar agora à Câmara partir de uma situação que envolveu Arthur Lira”, comenta.

Rio de Janeiro

Heloisa deixou Alagoas pelo Rio de Janeiro em um projeto de fortalecimento da Rede. Combinou-se, para esse fortalecimento, que Marina Silva sairia candidata por São Paulo, e ela pelo Rio, como aconteceu. “Mas eu tenho relação antiga com o Rio. Meu pai foi pedreiro no Rio, e foi onde meu irmão nasceu”.

Orçamento

No caso do orçamento, Heloisa pretende montar um observatório da execução orçamentária. No caso, sua preocupação é com o retorno efetivo das políticas sociais à população. Ou seja, o dinheiro precisa claramente chegar ao destino. “Precisamos garantir a possibilidade objetiva de acesso do cidadão ao que é financiado com o orçamento”.

titulo notas

“O Sistema Único de Saúde, por exemplo, não tem que ser somente uma política avançada, tem de funcionar de fato”, diz ela. E, nesse sentido, a aplicação orçamentária precisa ser transparente. “O orçamento não é uma caixinha da qual dispõe o deputado ou senador. Toda destinação tem de ser transparente”.

“Rio profundo”

Nesse ponto, é a mesma briga que antes fazia Glauber Braga. Heloisa pretende seguir batendo na mesma tecla. Com um olhar para o que chama de “Rio profundo”. Para além das belas paisagens, ela enxerga a cidade que sofre com a desigualdade social e com a falta de oportunidades.



Maioria dos ministros considerou marco inconstitucional

STF tem maioria contra Marco Temporal

Ministros apontam inconstitucionalidade do texto

Por Gabriela Gallo

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para derrubar, novamente, a tese do Marco Temporal da demarcação de terras indígenas. A tese do Marco Temporal determina que a demarcação de terras indígenas vale para territórios que tenham sido estabelecidos até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Até o fechamento desta reportagem, nesta quarta-feira (17), seis ministros julgaram a tese como inconstitucional. Votaram os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes, relator do caso no Supremo. Como a votação ocorre em plenário virtual, os demais magistrados têm até as 23h59 desta quinta-feira (18) para emitirem seus votos.

A tese do Marco Temporal virou uma queda de braço entre os poderes Legislativo e Judiciário. Após a Suprema Corte julgar a tese inconstitucional em setembro de 2023, o Congresso aprovou meses depois um projeto de lei que determinava a demarcação. O projeto foi vetado pelo presidente Lula, mas foi derrubado em sessão conjunta no Congresso, tornando-se a Lei nº 14.701/2023. Com a medida, novos partidos entraram com recursos no STF. Atualmente, o STF julga a ADC 87 (Ação Declaratória de Constitucionalidade), que solicita o reconhecimento da Lei 14.701/2023, e as ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) 7582, 7583 e 7586, que contestam a tese.

Ao Correio da Manhã, a advogada do escritório Arman Advocacia Daniela Poli Vlavianos destacou que “a controvérsia em torno do Marco Temporal evidencia um ponto sensível do constitucionalismo brasileiro contemporâneo: o limite institucional do diálogo – ou do conflito – entre o STF e o Congresso Nacional”.

Porém, ela reiterou que esse cabo de guerra entre STF e Congresso “deixa de ser jurisdicional e passa a ser essencialmente político”.

A reportagem ainda conversou com o advogado e analista político Melillo Dinis, que avalia que, considerando o atual texto em análise, não há possibilidade das partes envolvidas no debate chegarem a um “meio termo”. Ele ainda aponta que é necessário aguardar os demais votos.

“Os votos apresentados até o momento seguem linhas distintas, o que pode gerar impactos concretos no processo de demarcação. Merece atenção especialmente o voto de Gilmar Mendes, que, embora rejeite o marco temporal, propõe mecanismos que podem tornar mais moroso o processo, como a permanência de ocupantes não indígenas nas terras até o pagamento de indenizações”.